

Brasil vai pagar juros...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

abordada. O próprio Mailson admitiu, numa entrevista que concedeu em Nova York, que o assunto já foi levantado em conversas informais que o governo brasileiro manteve com representantes dos credores.

O ministro voltou a dizer ontem que "o Brasil precisa da assistência de seus credores para poder continuar a pagar os juros no segundo trimestre". Ele afirmou também que o saldo devedor dos juros de março, de pouco mais de US\$ 200 milhões, será saldado tão logo o acordo seja finalizado.

Embora as negociações sobre um segundo empréstimo-ponte (o primeiro, de US\$ 1,6 bilhão, foi concedido no ano passado para cobrir parte dos juros de 1987) ainda não tenham começado, e já haja uma diferença considerável nas posições iniciais das duas partes (o Brasil deve pedir algo em torno de US\$ 1,6 bilhão e os credores não estão dispostos a passar de US\$ 1 bilhão), bancos com assento no comitê reconhecem que o pedido brasileiro terá de ser, de alguma forma, atendido.

"A dificuldade, para os bancos, é que tradicional-

mente eles só entram em empréstimos-ponte junto com os governos. No caso do Brasil, tem até mais razões para insistir na vinculação de seus empréstimos com empréstimos oficiais, pois o País nem começou a negociar um programa com o FMI", disse uma fonte próxima ao comitê.

O fato de o Brasil ainda não ter iniciado os entendimentos formais com o Fundo dificulta, no entanto, a participação dos governos, que normalmente só participam desse tipo de financiamento de emergência em países já em adiantada fase de negociação de um programa de estabilização econômica.

Nesse particular, o ministro da Fazenda indicou, em Nova York, que não trouxe nada de especialmente novo a dizer. "Nós não iniciamos ainda negociações formais com o FMI porque elas dependem da existência de um programa de ajustamento sobre o qual nós estamos trabalhando no Brasil. São medidas destinadas à estabilização da economia, adotadas à nossa inteira conveniência." O congelamento da URP para os funcionários federais e das empresas estatais, disse o ministro, não é suficiente e será complementado com outras medidas. "Provavelmente nos próximos dias estaremos rediscutindo o orçamento

da União. Nós precisamos ainda cortar algo como o equivalente a um 1% do PIB em despesas de custeio, fora pessoal".

Para complicar a missão do ministro da Fazenda em Washington e Nova York, a duvidosa credibilidade interna do programa de estabilização brasileiro e sua própria viabilidade foram tema de uma reportagem publicada ontem pelo Wall Street Journal. Sob o título "Liderança titubeante torna improvável qualquer melhoria na economia do Brasil", o correspondente do Journal no Rio de Janeiro reflete o ceticismo generalizado do empresariado e economistas brasileiros sobre as chances de sucesso do programa de estabilização econômica que Ferreira da Nóbrega, a duras penas, vem tentando montar.

Evitando responder diretamente ao teor do artigo, que põe sua própria permanência no cargo em dúvida, Ferreira da Nóbrega negou que esteja havendo hesitação do governo. Ele explicou que a demora no congelamento da URP foi motivada por um processo de consulta, necessário diante da dureza das medidas que devem ser tomadas.

Entre as questões ainda pendentes nas negociações com os banqueiros, fontes financeiras destacaram, ontem, as seguintes:

- **Vinculação com o FMI** — Os bancos insistem na manutenção das fórmulas tradicionais de vinculação entre os desembolsos das parcelas do novo empréstimo e as liberações do empréstimo do Fundo. Os credores afirmam que querem evitar a situação de 1987, quando continuaram a desembolsar empréstimos enquanto o FMI passou a receber dos países mais do que desembolsava, tirando, assim, dinheiro do sistema.

Além de se oporem a mudanças no esquema da vinculação, os credores alegam que a ausência da vinculação torna mais difícil a venda do acordo ao mercado. O Brasil contrapõe que o atrativo principal

do pacote, para os bancos, é a normalização de suas relações com a comunidade financeira internacional, que lhes permitirá limpar seus livros, e insiste na não vinculação. Mailson deverá buscar apoio em Washington para a posição brasileira. Fonte oficial brasileira disse a este jornal que uma alternativa é procurar satisfazer os bancos acoplando seus desembolsos às liberações de empréstimos do Banco Mundial, num esquema de "financiamento paralelo" mas não vinculado.

- **Direito de outorga** — Os bancos reivindicam a manutenção, no contrato, de uma cláusula que faz parte de vários acordos com países devedores e pela qual detêm o direito de penhorar ativos do Banco Central no exterior antes de julgamento de disputas. O governo brasileiro não quer a inclusão desta cláusula. Embora constitua uma pendência legal sem maior importância imediata, esta questão poderá ganhar importância no momento da venda do pacote.

- **Empréstimos de contingência** — O Brasil deseja assegurar, no acordo, empréstimos de contingência dos bancos para assistir o país na eventualidade de uma brusca alta dos juros internacionais e de uma drástica deterioração dos termos de comércio. Os bancos aceitam, no máximo, a inclusão de um fraco mecanismo de consulta a respeito.

- **Conversão** — Além de reivindicarem uma liberalização maior do programa de conversão, os bancos querem que o País estabeleça uma distinção entre os credores que são detentores originais da dívida e aqueles que a compraram no mercado secundário. A posição extrema dos bancos é pedir que, para os detentores originais de ativos, a conversão seja feita ao par. Fonte do governo brasileiro disse que esta reivindicação não será aceita.

Dívida Externa

Brasil vai pagar juros semestrais

GAZETA MERCANTIL

12 ABR 1988

por Paulo Sotero
de Washington

O Brasil passará a realizar pagamentos semestrais dos juros da dívida externa. Essa mudança da periodicidade dos pagamentos, hoje feitos a cada trimestre, e a fórmula de aplicação do novo "spread" (taxa de risco) de 0,8125%, já acertada, em princípio, representam um ganho da ordem de US\$ 600 milhões no período de doze meses a iniciar-se em julho.

Esse montante será, contudo, deduzido do empréstimo de até US\$ 5,8 bilhões que o Brasil já negociou com os bancos credores. O novo empréstimo deverá ser, assim, da ordem de US\$ 5,2 bilhões.

O "carve out" da dívida, que se refere à fórmula de aplicação do "spread", e a mudança da periodicidade dos pagamentos de juros foram amarrados na última sexta-feira. Ficou estabelecido que, para os pagamentos já vencidos e que

estão depositados no Banco Central, a nova taxa de risco valerá a partir de janeiro de 1988. Essa solução representa um acordo a meio caminho entre as duas partes, pois o Brasil queria que o "spread" de 0,8125% valesse a partir de janeiro de 1987 e os bancos reivindicavam sua aplicação somente a partir de janeiro de 1989.

Para os empréstimos ainda a vencer, a nova taxa de risco entrará em vigor em 1º de janeiro de 1989. Essas informações, obtidas junto a fontes financeiras, foram confirmadas por um representante categorizado do governo brasileiro. "Para o Brasil, a maior parte do ganho imediato se dará pela mudança da fórmula de cobrança dos juros, a cada seis meses. O ganho com o 'spread' será mais gradual", disse uma fonte financeira.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nobrega, que participa nesta semana das reuniões seminais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), em Washington, chegou ontem a Nova York e, depois de um encontro com o líder do comitê de bancos e com vários banqueiros, afirmou que "alguns pontos técnicos pendentes" estão impedindo o fechamento do pacote de reescalonamento da dívida. Ele previu que "dentro de uma a duas semanas, se tudo correr bem, estaremos anunciando o acordo final". (Mailson deverá participar, na próxima sexta-feira, do seminário sobre a conversão da dívida, promovido por este jornal, em Nova York.)

O ministro conversou pela manhã com William R. Rhodes, o executivo do Citicorp que lidera o comitê de bancos credores. Recebeu depois, em sua suíte do hotel Intercontinental, em audiências separadas, os presidentes do Morgan Guaranty, Lewis Preston; do Chase Manhattan, Willard Butcher; do Manufacturers Hanover, John McGillicuddy; do Chemical Bank, Walter Shipley; além de Robert Bailey, alto executivo do Citicorp, que já diri-

giu a subsidiária do banco no Brasil.

O ministro tem hoje encontros marcados, em Washington, com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, e com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Fontes bem situadas indicaram a este jornal que, embora não esteja entre os tópicos de conversação previstos para o encontro com Baker, a questão da eventual participação de governos credores, a começar pelo dos EUA, num segundo empréstimo-ponte para o Brasil poderá ser

(Continua na página 32)

ex
m
dc
gr
pi
ni
v
fi
n
c